

Orçamento prevê receita não aprovada

A leitura do detalhado Orçamento Geral da União traz várias revelações sobre decisões tomadas por este governo para serem implementadas pelo novo presidente, caso o Congresso aprove o que está proposto. Entre as decisões estão:

- O Congresso terá que aprovar o pacote fiscal enviado pelo governo que inclui Imposto sobre Grandes Fortunas, IOF sobre operações nas bolsas de valores, redução das vantagens fiscais dos empresários rurais, aumento da contribuição social das empresas e diminuição dos incentivos fiscais. Os recursos a serem obtidos com estas medidas já estão incluídos na previsão da Receita.

- Não haverá restituição do Imposto de Renda Pessoa Física e Jurídica em 90, porque a utilização do critério de bases correntes elimina esta hipótese.

- Os maiores cortes na administração direta são no item investimentos. A que-

da é de 50% em relação ao ano passado. Nas estatais há um ligeiro aumento neste item.

- Os investimentos na Eletrobrás vão ter uma queda real de 25%.

- As aplicações da Siderbrás sobem 14% em relação a 89, mas não estão previstas as obras de duplicação da capacidade de produção da Cosipa, Tubarão e Usiminas.

- Haverá desaceleração das obras da ferrovia Norte-Sul.

- As tarifas públicas terão de estar recuperadas. Como o governo já parou o processo de recuperação, a hipótese do orçamento só vai se confirmar se houver um tarifaço no fim deste ano ou começo do próximo.

- Não estão previstos aumentos reais de salários para os funcionários da administração direta e indireta.

- Não há previsão de receita para o pagamento do aumento de 152% concedido pela Justiça aos funcionários do

Banco do Brasil, nem para qualquer empresa que obtiver reajuste com base na inflação de 70% de janeiro. Se a Justiça confirmar o aumento, os recursos serão retirados do dinheiro previsto para investimentos.

- A taxa de juro real que se pagará na dívida interna será de 12,68% ao ano, ligeiramente mais do que o limite constitucional e bem menos do que a realidade dos últimos meses. Os 12,8% representam 1% ao mês de juro acima da inflação.

- Está prevista uma queda de 33% na arrecadação da cota de contribuição na exportação do café, em consequência dos preços internacionais do produto que estão em declínio.

- Não estão previstos recursos para cobrir o rombo do Fundo de Compensação de Variação Salarial (FCVS) do SFH.

- Também não haverá dinheiro para

ressarcir o BNDES com os gastos dos empréstimos concedidos no passado abaixo da correção monetária. O banco já estava preparado porque em 89 também foi assim.

- O crescimento econômico previsto para 1990 é de 2% do PIB.

- Foi criada mais uma sigla: a URO, que vai indexar o orçamento a taxas abaixo da inflação que ocorrer. No seis primeiros meses o orçamento será reajustado em 90% da inflação decorrida. A indexação aumenta a transparência orçamentária e tira o poder que o Executivo tinha de, numa economia inflacionada, diminuir ou aumentar a verba dependendo da época da liberação.

- Para compensar o arrocho nas dotações orçamentárias, todos os ministérios terão um extra-limite para cobrir as despesas de custeio. Se por acaso o Congresso criar novas despesas ou não aprovar os aumentos de receita, estes extras serão candidatos ao corte.